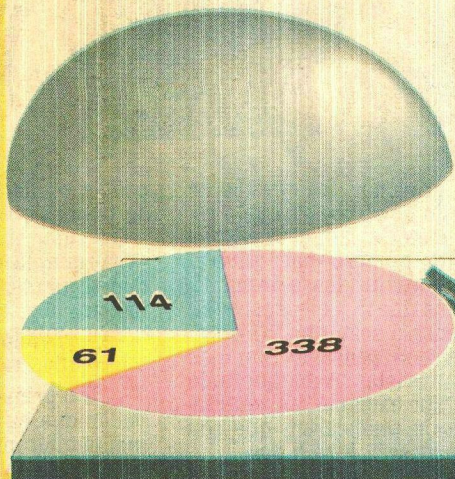


O perfil do novo Congresso

CÂMARA

PMDB	107
PFL	89
PSDB	62
PPR	53
PT	49
PP	36
PDT	33
PTB	31
PSB	15
PL	13
PC do B	10
PMN	4
PSD	3
PSC	3
PPS	2
PRN	1
PRP	1
PV	1

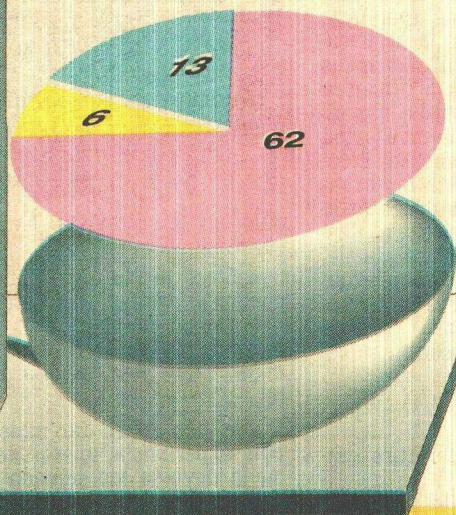
Governistas: PFL, PSDB, PTB, PMDB, PP e PL
Independentes: PPR, PSC, PSD, PRN, PRP
Oposição: PT, PDT, PSB, PC do B, PMN, PPS e PV



SENADO

PMDB	22
PFL	19
PSDB	10
PPR	6
PDT	6
PT	5
PP	5
PTB	5
PSB	1
PL	1
PPS	1

Governistas: PFL, PSDB, PTB, PMDB, PP e PL
Independentes: PPR
Oposição: PDT, PT, PSB, PPS



OBS: Na bancada de seis do PDT no Senado, o senador Lúcio Alcântara (CE), do grupo político do governador Tasso Jereissati, deve votar com o Governo.

Os parlamentares por profissão*

	CÂMARA	SENADO
Empresários	166	22
Advogados	102	21
Médicos	56	6
Engenheiros	37	9
Economistas	24	7
Professores	23	3
Servidores públicos	13	2
Jornalistas	14	3
Administradores	10	-
Bancários	8	1
Pastores	5	-
Operários	5	-
Radialistas	5	-
Odontólogos	4	-

	CÂMARA	SENADO
Contadores	4	-
Sociólogos	4	1
Estudantes	4	-
Padres	2	-
Arquitetos	2	-
Juizes	2	-
Trabalhadores rurais	2	-
Assistentes sociais	1	1
Militares	2	-
Geólogos	1	-
Técnicos agrícolas	1	-
Enfermeiras	1	-
Comerciários	1	-

	CÂMARA	SENADO
Desportistas	1	-
Publicitários	1	-
Pedagogos	1	-
Químicos	1	-
Sexólogos	1	-
Técnicos industriais	1	-
Petroquímicos	1	-
Vigilantes	1	-
Petroleiros	1	-
Delegados de polícia	1	1
Ferrovários	1	-
Antropólogos	-	1
Veterinários	-	1
Mestre de obras	-	1
Sem dados	3	1

FONTE: DIAP

Base parlamentar de FH é a maior dos últimos tempos

MARCELO DE MORAES

BRASÍLIA — O Governo Fernando Henrique Cardoso começará sua relação com o Congresso com uma base parlamentar poucas vezes vista na história política do país. Dos 513 deputados, 338 são de partidos alinhados ao novo Governo, que ainda poderá contar com os votos do PPR (53) e de alguns pequenos partidos (12). No Senado, a maioria do Governo também é expressiva: dos 81 senadores, 52 são aliados e deverão compor com o Governo.

Com uma base tão favorável, fruto em boa parte da vitória expressiva obtida por Fernando Henrique na corrida presidencial, o Governo terá como principal tarefa fazer com que esse apoio se transforme efetivamente em votos favoráveis às suas propostas. Fernando Henrique espera não ver repetidos os problemas que teve no relacionamento de menos de mês com o Congresso velho, quando até os partidos aliados agiram de maneira variada, conforme seus interesses.

— O presidente quer que a base se transforme em votos. As críticas que ele fez, cobrando fidelidade, foi um claro recado que ele mandou para o novo Congresso — explica o deputado José Abrão (PSDB-SP), um dos



Amin: Governo pode perder sua força

principais articuladores políticos dos tucanos no Congresso.

Para o senador Esperidião Amin (PPR-SC), o Governo deverá ter a maior parte do Congresso sob sua influência direta enquanto a economia estiver controlada:

— Enquanto a inflação for baixa, estará tudo bem e o Governo será muito forte. Se isso mudar, aí vira totalmente a situação e ninguém pode prever o que vai acontecer — explica.

Um dos focos de preocupação do Governo se centra justamente no instável PMDB. No momento,

o partido, que ganhou três ministérios, acena com o apoio ao Governo e pode até votar em comum acordo durante a reforma constitucional. Só que o Governo sabe que o maior partido do Congresso costuma mudar de opinião e precisará ser acompanhado de perto para não ter surpresas desagradáveis na hora das votações.

Outro partido que será acompanhado com atenção pelo novo Governo é o PPR. O partido é amplamente favorável às reformas da Constituição, mas pela personalidade dos seus principais líderes — o prefeito Paulo Maluf, eterno candidato ao Planalto, à frente — poderá opor-se ao Governo em votações polêmicas. Para contribuir com esse clima, os parlamentares do PPR já não escondem sua irritação com as críticas feitas por políticos ligados ao novo Governo — sobretudo parlamentares do PSDB — à participação do partido na base de apoio.

De qualquer forma, a situação do Governo é tão positiva que até mesmo dentro do bloco dos antigos "contras" (PT, PDT, PSB, PC do B, PSTU e PV), que contribuíram fortemente para o fracasso da revisão constitucional, já existem apoios. Setores do PT e do PDT já acenam com a possibilidade de participação na reforma, apresentando propostas e aceitando discutir os projetos do Governo, sem fazer obstrução.

Discussão aberta

DE forma transparente, o Governo está expondo aos partidos políticos todas as mudanças necessárias na Constituição para o país galgar um novo patamar de desenvolvimento.

SEIS anos de vigência da Carta de 1988 mostraram, em muitos casos penosamente, que muito do que os constituintes viam como avanço não passava de retrocesso — porque a realidade nacional era diferente do que imaginavam, e a realidade internacional logo se transformou em algo muito diferente do que conheciam.

A DISCUSSÃO clara e objetiva sobre o conteúdo das reformas propostas pelo Executivo esvazia a rotulação pueril que marcou a frustrada tentativa de revisão constitucional no ano passado. No debate que agora começa, não há lugar para personalismos ou atitudes preconcebidas: para recusar qualquer proposta, é preciso mostrar idéia melhor.